

A CERIMÓNIA DE INVESTIDURA: UMA PERCEPÇÃO MEMORIAL DO RITUAL CAVALEIRESCO

Data de submissão: 07/03/2023

Data de aceite: 03/04/2023

Maria Gabriela Moreira

Universidade Estadual de Maringá - UEM
Maringá - Paraná
<https://lattes.cnpq.br/3024167399065940>

Jaime Estevão dos Reis

Universidade Estadual de Maringá - UEM
Maringá - Paraná
<http://lattes.cnpq.br/0512479141984737>

RESUMO: Neste artigo, procuramos refletir sobre a cerimônia de investidura cavaleiresca, e como este ritual de passagem carrega elementos de transmissão de uma ordem guerreira instituída na Idade Média. Sendo o ritual um momento tangível de um processo mais longo, um recorte apenas da cerimônia foi necessário para que pudéssemos investigar a ligação desta cerimônia com aspectos memoriais e identitários.

PALAVRAS-CHAVE: Investidura; Cavalaria; Memória.

THE CEREMONY OF DUBBING: A MEMORIAL PERCEPTION OF THE KNIGHT RITUAL

ABSTRACT: In this article, we seek to

reflect on the knightly investiture ceremony, and how this rite of passage carries elements of transmission of a warrior order instituted in the Middle Ages. Since the ritual is a tangible moment of a longer process, a clipping of just the ceremony was necessary so that we could investigate the connection of this ceremony with memorial and identity aspects.

KEYWORDS: Ceremony of dubbing; Knighthood; Memory.

1 | INTRODUÇÃO

A memória é um objeto de análise extenso e múltiplo, dado o fato de que não pertence a um determinado campo da ciência, pode ser estudada através de uma perspectiva médica, psíquica, social ou histórica. Oportuniza-se, assim, a discussão de uma memória biológica, de um local de memória ou uma data, de uma memória social individual ou coletiva, pois o termo suscita infinitas possibilidades de articulações. Neste texto, a consideramos como um fenômeno construído historicamente, no sentido de que, se a memória não é unicamente espontânea,

pelo contrário, é seleta e passível de alterações, pois existe uma construção memorial que se vincula a um processo identitário, de afirmação e transmissão de elementos de identificação entre pares. O antropólogo Joel Candau questiona que “se memorizar serve para transmitir, é o conteúdo transmitido ou o laço social que gera a transmissão” (CANDAU, 2019, p. 106)

Neste sentido, olhamos para a cerimônia de investidura enquanto um evento de transmissão de valores e costumes, pensando a cavalaria como um coletivo social, vinculado a uma memória que permite tal propagação de um capital de valores e regras que são parte desta ordem bélica. Não temos a pretensão de esgotar, neste breve artigo, a discussão entre memória e identidade, ou mesmo realizar uma análise profunda acerca da investidura cavaleiresca enquanto um ritual de transmissão ligado a exteriorização memorial dos ideais cavaleirescos, mas promover uma reflexão destes esquemas cerimoniais da cavalaria e a ligação dos mesmos com a memória e a identidade desta instituição guerreira.

Sendo a investidura um rito de passagem que carrega elementos de transmissão, “[...] os estudiosos tendem a ver nessas práticas o resquício de um costume germânico, segundo o qual, um velho transmitia a um jovem as virtudes e as qualidades do guerreiro” (PASTOUREAU, 1989, p. 45-46). O rito, com todas simbologias e princípios que o compõem, fixa sentidos e identidades, logo, se “a memória, nesta dimensão, recupera e reproduz o mesmo no tempo” (GUARINELLO, 1993, p. 188), verifica-se que a propagação constante de elementos e símbolos com destino a um mesmo grupo está no cerne da reprodução de um corpo social. No entanto, essa transmissão não será imaculada ou desgarrada de mudanças. Para atuar no meio do complexo jogo da reprodução e da invenção, essa transfusão memorial se reinventa, reconstitui-se, reconstrói-se no tempo e no espaço (CANDAU, 2019, p. 106).

Em relação à memória, Norberto Guarinello (1993) coloca que a história acadêmica e científica possui uma relação particular com a memória coletiva, em um dualismo marcado, os vínculos entre história e memória produzem uma tapeçaria de verdades e inverdades, de lembranças e esquecimentos, de reduções e exageros. O estudo da história implica essa aproximação com a memória, já que esta serve de refil para as investigações históricas, mas a história científica e a memória coletiva são fabricadas em lugares diferentes, o que as torna passíveis de distinção (GUARINELLO, 1993, p. 185).

A História, ao investigar o passado, acaba por se deparar com documentos construídos em um espaço-tempo específico, gerando elementos próprios da sociedade marcada por circunstâncias particulares a ela. De acordo com Norberto Guarinello:

Desde Tucídides, portanto, a história se funda, abre espaço para si, opondo-se as demais representações coletivas do passado. Define-se como um saber crítico, ao mesmo tempo modesto, mas também ambicioso, na medida em que visa relatar a verdade e que se crê capaz de produzi-la. O discurso historiográfico se apropriou, assim, desde há muito, das funções rememorativas das memórias sociais, de sua capacidade de selecionar e de

eleger um passado, para exercê-las como um saber, um saber que tem uma relação privilegiada com a verdade (GUARINELLO, 1993, p. 182)

A memória é construída e apresentada em momentos históricos particulares que dão a ela uma roupagem diferente. Processos variados marcam o caminho traçado pela memória, na dependência do desdobramento tecnológico e social das sociedades. Com o desenvolvimento urbano no século XII, os corpos municipais passaram a cuidar dos arquivos referentes à cidade, formando uma identidade coletiva dessas instituições cidadinas. Tomás de Aquino elaborou quatro regras da memória que teve forte influência do século XIV ao XVII, resumidamente diz que para ser lembrado mais facilmente é bom que seja algum símbolo material, depois que se organize adequadamente, pense nelas com frequência e se apegue a elas com paixão (LE GOFF, 1990, p. 456). Há também a criação de novos vocábulos, todos centrados na questão da memória e que expressam os novos “adereços” que esse conceito ganha na longa duração:

A Idade Média criou a palavra central *mémoire*, aparecida desde os primeiros monumentos da língua, no século XI. No século XIII é acrescentada *mémorial* (que diz respeito, como vimos, a contas financeiras), e em 1320, *mémoire*, no masculino designando um dossiê administrativo. A memória toma-se burocrática ao serviço do centralismo monárquico que então surge. O século XV vê o aparecimento de *memorable* nesta época de apogeu das artes *memoriae* e de renovação da literatura antiga. No século XVI, em 1552, aparecem os *memoires* escritos por um personagem, em geral de qualidade; e o século em que a história nasce e o indivíduo se afirma. O século XVIII cria, em 1726, o termo *memorialiste* e, em 1777, *memorandum* derivado do latim através do inglês. Memória jornalística e diplomática: e a entrada em cena da opinião pública, nacional e internacional, que constrói também a sua própria memória. (LE GOFF, 1990, p. 461)

2 | A CERIMÔNIA DE INVESTIDURA

Para acessarmos o escopo desta discussão, abriremos um parênteses para comentar sobre o universo cavaleiresco, na intenção de tornar as ponderações da discussão final mais claras. Ressalto, valendo-me das palavras de Jean Flori (2005), que a cavalaria é mais heterogênea do que parece, pois, vários aspectos podem ser proeminentes, o aspecto belicoso, nobre ou clerical, portanto, como não é o objetivo do texto ressaltá-los, farei uma apresentação geral da cavalaria. Esta última se estabelece enquanto instituição no sistema feudal apenas no século XI, consequência “da fusão lenta e progressiva, na sociedade aristocrática e guerreira que se implanta entre o fim do século X e o fim do século XI, de muitos elementos de ordem política, militar, cultural, religiosa, ética e ideológica.” (FLORI, 2005, p.15)

Jean Flori (2005) discorre que a guerra sempre teve peso primordial na sociedade ocidental, primeiro merovíngia, depois carolíngia, os líderes só poderiam ser guerreiros e as

armas eram considerados objetos sagrados. Nesse início, a entrega das armas não estava ligada à entrada na cavalaria, que ainda não tinha nascido, mas antes a um aspecto muito mais social e político. As mais antigas menções de entregas solenes de espada, constituem um dos ritos fundamentais da coroação dos reis francos do Ocidente. Observamos, então, um ritual que determinava o direito de algo, seja um príncipe de governar ou de um duque da autoridade sob uma terra, isto já quando senhores de menor importância, a partir do início no século X, começaram a fazer parte desses rituais de entrega de armas. (FLORI, 2005, p. 32)

A cerimônia de investidura, própria da cavalaria, ganhou traços claros e específicos apenas no século XII. Anterior a esta data, os cavaleiros combatiam para um senhor que estabelecia que esses guerreiros teriam apenas força física, coragem, fidelidade e obediência para servi-los, qualidades que serão alicerce da futura cavalaria (FLORI, 2005, pp. 32-36). É significativo que, a partir da metade deste século, a cavalaria migra para um grupo quase que fechado, devido ao processo de cooptação que privilegia a aristocracia da terra e a fatores socioeconômicos, pois todo o aparato, equipamento e a própria vida de um cavaleiro, presumia um certo patrimônio, tornando assim a cavalaria uma classe hereditária, pois, em torno do ano de 1200, é possível observar uma fusão entre cavalaria e nobreza (PASTOUREAU, 1989, p. 43).

Ainda no século XII, assistimos a um interesse crescente da Igreja pela cavalaria, dada à relevância que esta passou a ostentar, o que recaiu sobre a investidura. A igreja, em uma tentativa de exercer controle sobre a cavalaria, preconizando uma ética que lhes era própria e geral, “elaborou para sua investidura rituais que retomam em grande parte a ideologia que ela propunha desde sempre aos reis e que ela tenta ampliar agora para o conjunto da classe guerreira.” (FLORI, 2005, pp. 44-45). Também nesse século, o aspecto social da investidura reforça-se, com a nobreza tornando-se hereditária, não é mais necessário se fazer investir, tornando este ato uma “decoração” acessória da nobreza e somente desta. Assim, a investidura passou paulatinamente a dispor de uma relevância mais honorífica e promocional:

Nos séculos XI e XII, quando “investir” significava “armar um homem para fazer dele um cavaleiro”, investia-se muitas vezes na véspera de uma batalha para se dispor de mais guerreiros a cavalo. Nos séculos XIV e XV, fazia-se isso mais frequentemente depois da batalha que antes dela, recompensando assim, com a outorga de um título honorífico, os nobres guerreiros a cavalo que combateram bem. (FLORI, 2005, p. 46)

Uma vez assentada suas bases, podemos tratar especificamente da cerimônia de ingresso na ordem de cavalaria. Assim como a própria ordem, a investidura passou por uma profunda evolução no decorrer de sua história (FLORI, 2005, p. 31), além das investiduras de príncipes ou vassalos, não se conhece rituais de investidura destinados a cavaleiros antes do século XII (FLORI, 2005, p. 38). A cerimônia de investidura não era uma

simples data, ela “marcava o término das infâncias e a entrada no grupo dos guerreiros” (DUBY, 1995, p. 182). Era uma cerimônia que envolvia o religioso, o ideológico e o profano. Em relação às diferenças entre as ordenações que ocorriam em tempos de guerra e em épocas de paz.

Michel Pastoureau descreve que:

As primeiras sucedem num campo de batalha, antes do combate ou após a vitória: são as mais gloriosas, embora os gestos e as fórmulas estejam reduzidos a sua expressão mais simples, em geral a entrega da espada e a palmada no ombro. As segundas coincidem com a celebração de uma grande festa religiosa (Páscoa, Pentecostes, Ascensão) ou civil (nascimento ou casamento de um príncipe, reconciliação de dois soberanos). São espetáculos quase litúrgicos, tendo por cenário o pátio de um castelo, o pórtico de uma igreja, uma praça pública ou a relva de um prado. Exigem dos futuros cavaleiros uma preparação sacramental (confissão, comunhão) e uma noite de meditação numa igreja ou capela: a vigília de armas. Seguem-se vários dias de banquetes, torneios e diversos. (PASTOUREAU, 1989, p. 45)

Como já mostrado anteriormente, a cavalaria foi uma instituição atravessada tanto pela nobreza quanto pela Igreja e essa combinação denota um ritual suntuoso:

A cerimônia propriamente desenrola-se segundo uma ordem sacralizada. Ela se inicia pela bênção das armas, que o padrinho entrega a seguir ao afilhado: primeiro a espada e as esporas, a seguir a cota de malha de ferro e o elmo, por fim a lança e o escudo. O escudeiro veste a indumentária, recita algumas preces e pronuncia um juramento, pelo qual se compromete a respeitar os costumes e as obrigações da cavalaria. A cerimônia termina com a palmada no ombro, gesto simbólico cuja origem e significado permanecem controvertidos [...]. Em certos condados da Inglaterra e algumas regiões da França ocidental, esse gesto se reduz a um simples abraço ou um vigoroso aperto de mão. (PASTOUREAU, 1989, p. 45)

Jean Flori (2005) entende que ao aspecto profissional se juntou à dimensão festiva, por causa, talvez, da posição elevada do novo cavaleiro, portanto, essa diferenciação entre os cavaleiros se tornou explícita mesmo no rito:

A investidura, para esses cavaleiros de base, confundia-se sem dúvida com a simples entrega das armas como “instrumento de trabalho”, se usarmos dizer, a marca de entrada no exercício de sua profissão. A entrada em função de um cavaleiro de base implica para ele deveres a um título somente pessoal, enquanto “soldado”: deveres de obediência e de serviço para com o seu empregador. Se for o caso, por outro lado, de um castelão ou de um grande senhor, sua entrada na carreira dar armas se insere em um conjunto muito mais vasto de funções, obrigações, serviços e relações de poder. Todos implicam a ação guerreira, mas eles a ultrapassam singularmente (FLORI, 2005, p. 39)

A entrega de armas e a cavalaria não estão somente ligadas de forma simples, como na conquista da maioridade e a admissão no grupo guerreiro, também ligado à ideia de vassalagem, mas ainda, ambos carregam conotações de status (KEEN, 1884, p. 67). Não só enquanto um ato solene de ingresso na cavalaria, a sagração do cavaleiro sustenta uma

passagem desse jovem para o mundo dos homens adultos. Esta implicação de um estágio para o outro é garantia dos ritos de passagem. Nesta oportuna designação, a matéria do problema já se impõe, o que é transmitido ao outro e como o é feito.

David Le Breton explica esta questão:

Nas sociedades tradicionais as marcas nunca são um fim em si como o são nas nossas sociedades, acompanham os ritos de passagem dos quais são os traços definitivos, mostram a transposição de um patamar na maturidade pessoal, a passagem a idade adulta, o acesso a um outro estatuto social, etc. São um elemento da transmissão pelos mais velhos de uma linha de orientação e de um saber para os novatos que deles beneficiam. São apenas o momento corporal de um ritualismo mais lato. A identidade não é uma escolha pessoal mas a consequência duma posição no seio de um grupo que desde logo impõe os direitos e os deveres e insere num simbolismo difícil de modificar. (LE BRETON, 2004, p. 185)

Este autor faz uma análise antropológica de como as “marcas” pessoais identificam alguém ou um grupo, como estas são lidas pelos outros e por seus semelhantes. Concebe o valor de identificação enquanto revelador do domínio de um indivíduo a uma comunidade, a um sistema social, estabelecendo assim uma ligação ao cosmo (LE BRETON, 2004, p. 173).

Nesta mesma direção, Joel Candau diz que representações, crenças, saberes, heranças e ritos são esferas no centro de um repertório plástico e transitável onde os indivíduos operam suas escolhas identitárias, e entende o processo de retroalimentação que acontece com a memória, pois à medida em que ela molda um sujeito ou comunidades, estes também a moldam. Portanto, a dialética da memória e da identidade “se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (CANDAU, 2019, p. 16).

3 | CONCLUSÃO

A análise aqui proposta teve por objetivo não mais que trazer indagações nesse campo vasto da memória e identidade junto à cerimônia de investidura cavaleiresca. Desenvolver esta temática é sempre um caminho tortuoso a percorrer devido às variáveis em que esses conceitos operam. Viabilizou-se uma exposição sucinta do rito aqui tratado, mesmo que este possua diferentes tons e nuances que não facilitam um viés único de investigação, foi possível uma demonstração breve da cerimônia de investidura sob a natureza memorial dos aspectos ideológicos cavaleirescos. Maurice Keen entende que as habilidades, o treinamento e, acrescento aqui, a ética própria cavaleiresca, os diferenciavam de outros homens (KEEN, 1984, p. 26). O trabalho da memória, muito frutífero para as estratégias identitárias, da lembrança e do esquecimento, cria uma forte coesão social, ou pelo menos a almeja, lançando sobre aqueles indivíduos os mesmos ideais e valores, Michael Pollak diz que este é “[...] o trabalho da própria memória em si. Ou seja: cada vez

que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização” (POLLAK, 1992, p. 7).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Miguel. “Fazer cavaleiros”: as cerimónias de investidura cavaleiresca no Portugal medieval (séculos XII - XV). **Cuadernos de Estudios Gallegos**, LXII, n. 128, 2015, p. 13-46.

CANDAU, Joel. **História e memória**. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2019.

DUBY, Georges. **Guilherme Marechal, ou, o melhor cavaleiro do mundo**. Rio de Janeiro: Edições de Graal, 1995.

FLORI, Jean. **A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. Trad. Eni Tenório dos Santos. São Paulo: Madras, 2005.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. **I Congresso de Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais**, 1993.

KEEN, Maurice. **Chivalry**. New Haven: Yale University Press, 1984.

LE BRETON, David. **Sinais de identidade: tatuagens, piercings e outras marcas corporais**, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

PASTOUREAU, Michel. **No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda: França e Inglaterra, séculos XII e XIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.